

## O ROMANTISMO POLÍTICO DO PADRE MARCOS (1820-1851) \*

FRANCISCO CARROMEU \*\*

### Introdução

Em sentido lato, de transição todas as épocas históricas o são. Mas quando abordamos a passagem do Antigo Regime para a era constitucional, sentimos que esse é um período que marca a transição de uma estrutura multiseular para a modernidade que aí tem as suas origens. É a “era das revoluções”, como lhe chamou Eric Hobsbawm<sup>1</sup>, situada entre a “Revolução Francesa” de 1789 e a “Primavera dos Povos” de 1848. Entre estas datas, quase todo o mundo ocidental depôs os regimes de monarquia absoluta e inaugurou os novos regimes de constitucionalismo liberal. É o tempo do romantismo e estende-se por toda a primeira parte do século XIX, numa conjuntura específica de transição que deixou marcas profundas na sociedade europeia e que ainda hoje teima em ser cenário de tantos equívocos entre os historiadores.

O historiador desta época, principalmente para esta época, terá de fazer, em cada momento, o uso dos conceitos com os quais entende os fundamentos do absolutismo monárquico, ao mesmo tempo que também fará o uso das ferramentas conceptuais com as quais concebe as bases institucionais do estado moderno, porque os conceitos podem não ser os mesmos, mesmo que as palavras se tivessem mantido iguais. Há ainda as questões

---

\* Este texto tem por base a apresentação feita pelo autor na sessão de 13 de Outubro de 2007 do Seminário de História Religiosa Contemporânea do Centro de Estudos de História Religiosa sobre a figura do Padre Marcos Pinto Soares Vaz Preto (1782-1851).

\*\* Instituto de Estudos Portugueses (FCSH-UNL).

<sup>1</sup> Eric Hobsbawm – *A Era das Revoluções (1789-1848)*. 5.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

colocadas pela própria época, que só no interior dela se explicam, questões conjunturais deste país ou daquele grupo político ou social. E, finalmente, eis-nos obrigados a ter de acompanhar os factos, um a um, momento a momento, com a sua circunstância e os seus actores próprios, aqueles e não outros. Portanto, é como se tivéssemos os três tempos braudelianos, usados metodologicamente em simultâneo, mas privilegiando o tempo curto, o dos factos e dos homens seus contemporâneos. Numa época em que certos acontecimentos, muitas vezes acabam por ser classificados de momentos de avanço ou de recuo e os seus protagonistas de reaccionários ou revolucionários, aventureiros, cobardes, ambíguos, instáveis ou contraditórios, talvez um olhar mais pormenorizado sobre eles, nos deixe uma impressão bem diferente.

O Antigo Regime foi mais estruturante do que por vezes se faz crer e não seria numa revolução ou numa campanha política ou militar, que ele daria lugar a uma estruturação nova e coerente. Hoje sabemos que foram precisas algumas décadas e algumas gerações para se operar essa grande reforma institucional, mas os coevos desconheciam o futuro que mal começavam a construir.

Se estes cuidados o historiador não observar, é natural que se precipite a pôr rótulos onde não cabem, a confundir as atitudes pessoais com as de grupo e a generalizar tendências que supõe serem de tipo antigo, ou de tipo novo. O resultado tem sido, quase sempre, a desvalorização da importância que essa conjuntura teve, a superficialidade das reformas, a instabilidade das instituições e a inconstância ou ambiguidade dos seus agentes – equívocos que se criaram e personalidades que se anatemizaram.

Uma certa historiografia intuitiva, pós-romântica, iniciada na última metade do século e entre nós com maior eco no último quartel, por Oliveira Martins, nunca deixou de ter os seus admiradores e é a grande responsável de uma história preconceituosa, feita de cenários imaginários, de que resultam juízos simples “prontos a servir”, para uso, tanto de uma certa opinião que agrada à esquerda como de uma outra que agrada à direita. Essa historiografia habituou-nos a olhar sem respeito para o nosso primeiro liberalismo: o duque de Palmela é um diplomata vaidoso, Saldanha um militar aventureiro, Silva Carvalho um financeiro corrupto, Passos Manuel um político sem firmeza, D. Pedro IV um traidor, Garrett um dandy, Joaquim António de Aguiar o mata-frades. Sobre o Padre Marcos a imaginação de Oliveira Martins não teve limites, foi o «Arcebispo do Porto, do Cartaxo e Chamusca»<sup>2</sup>, o «Sancho Pança de seu amo»<sup>3</sup>, «representante do velho tipo

---

<sup>2</sup> Oliveira Martins (J. P. Oliveira Martins – *Portugal Contemporâneo*. Vol. II. 8ª. Ed.

do capelão-bobo dos paços e solares portugueses»<sup>4</sup>, «servo bonacheirão... [de] beijos papudos [e] sensuais»<sup>5</sup>, «anafado»<sup>6</sup>, «conselheiro profanador»<sup>7</sup>, «arlequim de saturnal»<sup>8</sup> e «indigno padre»<sup>9</sup>, entre outros epítetos com que o mimoseou.

O que esta historiografia fez e por vezes ainda continua a fazer, é a rotulagem prévia, a aplicação sem escrúpulos a indivíduos ou a situações classificadas por intuição, mais ao gosto de uma escrita fácil do que daquela que provém da observação atenta e cuidada dos factos históricos. Épocas como esta, não têm três tipos de indivíduos, os novos, os velhos e os da transição, todos carregam um pouco de tudo, são complexos na sua formação e não têm em todos os domínios a mesma graduação de modernidade ou de tradição. Todos são únicos e colocam-se perante os factos com condicionantes que só a eles dizem respeito. É preciso que não se confunda a árvore com a floresta, nem as florestas têm uma única árvore igual a outra.

Mas, por muitas dificuldades que se apresentem ao historiador da época contemporânea, ele não pode, amiúde, deixar de revisitar essa conjuntura complexa. E quando reflectimos sobre o Portugal de hoje, o regime político em que vivemos, o quadro institucional da nossa vida em sociedade, as relações que temos, enquanto cidadãos, com a nação a que pertencemos e desta com o Estado que é seu, somos invariavelmente transportados à primeira metade do século XIX. Sentimos que é nesse período da nossa história que residem as origens da nossa modernidade, quando foi deposto o Antigo Regime e se lançaram as primeiras pedras do edifício constitucional.

---

Lisboa: Guimarães Editores, 1976, p. 217) reproduz a designação que é feita na legenda da caricatura publicada no *Suplemento Burlesco*, n.º 32 de 29 de Novembro de 1847: «... o famoso padre Marcos, o *Arcebispo do Cartaxo, Porto e Chamusca*: é uma botija, tendo na boca a cabeça do padre mitrada e nas asas, ou mãos, o báculo de um lado, o copo do outro».

<sup>3</sup> J. P. Oliveira Martins – *Portugal Contemporâneo*, vol. I, p. 225.

<sup>4</sup> *Ibidem*, p. 230.

<sup>5</sup> «O navio era uma arca de ilusões e disparates, como nau a cujo bordo ia D. Quixote. O seu servo bonacheirão... limpando os beijos papudos, sensuais...», *Ibidem*, p. 230.

<sup>6</sup> «... Nem o anafado padre Marcos...», *Ibidem*, p. 235.

<sup>7</sup> «O padre era fustigado sem piedade: era o conselheiro profanador, por ser ele a quem competia profanar os conventos abandonados...», *Ibidem*, p. 324.

<sup>8</sup> «...era um arlequim de saturnal: convento profanado, era convento saqueado. A limpeza de mãos do padre e de muitos mais, chegava a ser francamente atacada», *Ibidem*, p. 324.

<sup>9</sup> «... o capelão, um padre indigno, o padre Marcos!», *Ibidem*, vol. II, p. 186.

## 1. Da Europa francesa às nações

Não foi apenas Portugal que derrubou o absolutismo nesse período, na Europa, de uma maneira geral, todas as nações o fizeram. Com duas excepções: a Inglaterra que fez da Revolução Gloriosa de 1688, o trampolim para o regime parlamentar que lhe conhecemos e a França, cuja revolução de 1789 viria a ser o rastilho de todas as outras.

O caso francês interessa-nos particularmente. Interessa a Portugal e interessa a toda a Europa continental, onde a cultura predominante, ao longo dos séculos XVII e XVIII foi a francesa e onde as elites culturais e aristocráticas procuraram o francês como língua de expressão e de cultura. Deste ponto de vista, a Europa é uma França grande, ou a Grande França como em Paris se ambicionava. No século XVIII, por via da cultura, da aristocracia e da língua, a França conquistava a Europa, tornando-se europeia e a Europa tornava-se francesa.

Num levantamento feito para o curso que ministrou no Collège de France, em 1944-45, cujos apontamentos só postumamente foram publicados, Lucien Febvre assinala que são poucos os jornais e periódicos franceses que não usam as palavras “Europa” e “europeu” nos seus títulos e raros os que referem “França” ou “francês”. Ao longo do século, a cultura e a política em França invadiram a quase totalidade do espaço europeu mas, no último quartel do século o que iria acontecer era «o naufrágio da nau das ilusões europeias contra o recife da nação»<sup>10</sup>. A este naufrágio da Europa francesa respondem as nações com a firme determinação de quererem reaver a sua soberania.

O romantismo político na Europa nasceu da emergência até à superfície desse rochedo submerso, a nação. Embora tenha surgido contra as ilusões de Paris, o romantismo político também foi francês, talvez tenha sido mesmo primeiramente francês, na revolução de 1789 e na busca incessante e apaixonada de um herói colectivo, uno e plural, soberano, como na imagem de capa do *Leviatã* de Thomas Hobbes<sup>11</sup>, a base de toda a legitimidade. A liberdade de consciência individual, a soberania da nação e o primado da lei que coloca todos os cidadãos numa condição de igualdade.

---

<sup>10</sup> Lucien Febvre – *A Europa: génese de uma civilização*. Lisboa: Editorial Teorema, 2001, p. 269.

<sup>11</sup> Thomas Hobbes – *Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*. 3ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002. Col. Estudos Gerais, Série Universitária, Clássicos de Filosofia.

É este o romantismo político que anima os liberais. Descobriram a nação, elevaram-na ao nível de um ente colectivo, com uma origem comum, uma vontade, uma identidade, uma história e uma cultura, é constituída por todos os que com ela se identificam, rege-se por uma constituição de que é autora e tem como limites o seu próprio espaço geográfico. O primeiro movimento político do romantismo é francês, em cujos Estados Gerais a nação soberana recebeu o seu baptismo, mas em breve, esta subverteria os princípios fundadores de um novo regime e os seus líderes políticos e militares foram atraídos pelo princípio imperial de domínio sobre os povos de outras nações, negando-lhes a elas o direito que para si mesmos tinham acarinhado.

Foram as conquistas em Itália, primeiro em nome da legítima defesa contra as potências reunidas nas várias coligações contra a França, mas no território italiano essas conquistas, mesmo tomando a forma de repúblicas não deixavam de ser parcelas da administração do Império. E logo a seguir, a Alemanha, a Áustria, os territórios a leste e a Península Ibérica. O romantismo passou, assim, da França para as nações que lhes resistiram. Na Alemanha, no Tirol, na Itália, na Espanha, em Portugal. O palco pioneiro do triunfo romântico foi a revolução francesa, mas a partir das conquistas do Império é na resistência aos franceses que se definem os traços mais substantivos do romantismo político.

Muitos confundiram a oposição ao ocupante francês com a oposição à revolução francesa, confusão que ainda perdura em alguma historiografia que situa o movimento romântico como saído do Congresso de Viena, contemporâneo e aliado do restauracionismo. Mas o início dessa resistência começa em Itália, no interior das repúblicas romana, cisalpina e partenopea, a partir dos “patriotas italianos”, liberais de formação que não aceitavam, mesmo em regime republicano, que o território da sua nação estivesse ocupado por uma qualquer nação estrangeira. Data de 1797-99 o eclodir dessa revolta que tem as suas primeiras vítimas em Itália, entre elas a luso-descendente Leonor da Fonseca e cujo eco é levado ao Conselho dos Quinhentos por deputados que viriam a sofrer duras represálias após o 18 de Brumário.

Por que razões negavam os franceses à nação italiana os direitos de soberania que tinham conquistado para si em 1789? Porque o orgulho das vitórias sobre o absolutismo escondia o sonho da Grande França que Paris guardava desde o século anterior e agora se realizava através de Napoleão e da *Grande Armée*.

Humilhavam-se as nações ocupadas e humilhava-se o papa Pio VII, primeiro aquando da coroação do imperador em Paris e depois prendendo-o no Palácio do Quirinal, em Roma, e levado para Savona, em 1809.

É por esta altura que nasce o *risorgimento* italiano. Nasce de duas humilhações, a da nação italiana e a do papa. Ambos tinham o Império como inimigo comum e durante os anos seguintes os seus fins políticos foram coincidentes. Mesmo a Carbonária que teria nascido poucos anos antes, por volta de 1806 ou 1807, para libertar a Itália, terá chegado a ter a seu favor a simpatia papal <sup>12</sup>. A Itália estava a despertar para o seu processo de unificação e independência, processo que carecia de uma figura que congregasse à sua volta, toda a nação italiana e a oposição ao Império. Murat, o cunhado de Napoleão e rei de Nápoles, foi o primeiro a assumir esse projecto, que contava com o apoio da Carbonária e do seu fundador Pierre-Joseph Briot, mas tudo deitou a perder com a sua colaboração na campanha da Rússia que lhe viria a custar a morte por fuzilamento. No próprio Fernando IV, agora Fernando I do Reino das Duas Sicílias também recaiu essa esperança, se tão somente estivesse disposto a dar uma constituição ao seu povo, mas a lógica que vinha do Congresso de Viena posicionou-o ao lado do mais puro restauracionismo. O papa era, sem dúvida, a figura italiana que melhor servia esse desígnio, era reconhecido por todo o povo esmagadoramente católico em Itália e opositor de Napoleão, mas o restauracionismo de Viena fizera dele mais uma vítima.

## 2. A reacção da Igreja Romana

Depois da derrota de Napoleão, todas as nações europeias anteriormente ocupadas pelo Império irão enveredar pelos processos de regeneração nacional e dotar os seus regimes de um texto constitucional fundador. A Igreja constituía um valor seguro de referência para esses povos, mas a Cúria Romana não fez esse entendimento e preferiu interpretar o fim do Império como a possibilidade de regressar aos antigos regimes de monarquia absoluta. Podia o papa ter sido uma referência moral e política nos processos de libertação dos povos, mas preferiu opor-se-lhes, numa posição

---

<sup>12</sup> A bula que muitos teimam em afirmar ter sido efectivamente dada “a todos os Filhos de Jesus Cristo”, em Savona, em 17 de Julho de 1809, designada por *Sigamos os Carbonários nos seus passos* (tradução nossa), é hoje considerada apócrifa pela Igreja, mas o seu teor é de uma verosimilhança tal que não deixa de constituir um documento histórico de grande interesse para o estudo da Carbonária, da Igreja desse tempo e do *risorgimento*. Como é sabido, o mesmo papa Pio VII viria a condenar a Carbonária, na bula «*Ecclesiam a Jesus Christo fundatam*», dada em Roma, em 13/09/1821 (in Francisco Carromeu – *Dicionário de Carbonária em Portugal* [no prelo]).

que aos liberais muito lhes custou entender. O restauracionismo que começou em Viena e continuou em Troppau, Laybach e Verona foram confirmando o posicionamento político da Igreja, primeiro com Pio VII, depois com Leão XII, Pio VIII e Gregório XVI.

Os valores do catolicismo em Itália constituíam uma marca na nação italiana que iam para além das convicções religiosas, eles confundiam-se mesmo com a própria identidade de uma nação que, para o ser necessitava de usufruir da soberania do seu Estado. Mas a Cúria Romana, mais preocupada com o que julgava ser as ideias do século, não hesitou em patrocinar os regimes mais vingativos e autoritários desses tempos. Esperaram em vão os liberais, que os pontificados de Leão XII e Pio VIII invertissem o percurso político da Igreja. Eram essas as esperanças de Vincenzo Gioberti<sup>13</sup> e de Mazzini<sup>14</sup> que Gregório XVI desiludiu. Ainda assim, as lutas políticas que travaram contra o absolutismo da Santa Aliança, ao longo das

---

<sup>13</sup> Vincenzo Gioberti (Turim, 05/04/1801-Paris, 1852). Faz os seus estudos em Teologia e, em 1823, é ordenado padre oratoriano, optando por uma carreira eclesiástica que acabou por não seguir. Por essa altura adere ao movimento que se entusiasma pela unificação e independência da Itália, torna-se maçom na loja *Cavaleiros da Liberdade* e colabora na Revista *La Giovine Italia* que Mazzini criara, mas sem pertencer à organização carbonária homónima. Perseguido pelas autoridades policiais, Gioberti exila-se em Paris, em 1833, depois em Bruxelas no ano seguinte. No ideário político de Gioberti ganhavam forma as suas propostas republicanas mas não deixava de considerar que a Igreja, em Itália, representava um valor nacional, sendo o papa a figura que melhor poderia aglutinar todas as regiões e estados italianos, fragmentados após o Congresso de Viena. É, por isso, um neo-guelfo do período romântico, lutando contra a ocupação estrangeira a favor da unidade italiana à volta do papa. O papel central da Igreja nesse processo, em oposição aos que defendiam o imperador estrangeiro, constituía o partido do neoguelfismo, recuperando a designação medieval dos guelfos, partidários do papa em oposição aos gibelinos que defendiam o imperador alemão. Em 1843 sistematizou o seu ideário político na sua obra *Del Primato morale e civile degli italiani*, mas o perfil conservador do papa Gregório XVI pouco ajudou à concretização das suas propostas que, entretanto, começavam a ter uma configuração diferente com Cavour. Este defendeu o processo de obtenção da unidade política italiana, com base no reino do Piemonte e do rei Victor Emanuel, posição com que Gioberti viria a concordar. A eleição do novo papa, Pio IX, ainda trouxe algumas esperanças aos revolucionários italianos, dadas suas posições liberais e Gioberti reafirma as suas ideias neoguelficas, considerando o catolicismo como síntese da cultura e da tradição italiana em torno de uma federação de estados sob a presidência honorária do papa, mas rapidamente se desiludiu com a reviravolta antiliberal do papa (Cf. Francisco Carromeu – *Dicionário de Carbonária em Portugal* [no prelo]).

<sup>14</sup> Giuseppe Mazzini (Génova, 22/05/1805 – Pisa, 10/03/1872). Os dados sobre Mazzini Cf. Francisco Carromeu – *Dicionário de Carbonária em Portugal* [no prelo].

décadas de 1830 e 1840, mantêm a Igreja no centro do poder político em Roma.

O início do pontificado de Pio IX, tido por próximo das ideias liberais, voltou de novo a reavivar o antigo projecto político de ter o Sumo Pontífice como vértice da unidade italiana e, mais uma vez, com Gioberti e Mazzini. Este último, defendia para a Itália um novo “renascimento”, conceito que mais tarde evoluiria para o *risorgimento* italiano, sintetizado na fórmula “Deus e Povo”, lema debaixo do qual fez divulgar as suas ideias junto dos italianos. Em 1847, de Londres, escreve ao papa dizendo-lhe que “... A unificação da Itália é coisa de Deus, Santo Padre, e se efectuará convosco ou sem vós”. Mas Pio IX, que tinha mandado as suas tropas defender o Veneto das ambições austríacas, alterou a sua posição e ordenou aos generais pontifícios que retirassem. Acabaria por ter de fugir de Roma e assistir, afastado, às celebrações da independência e unificação da Itália. Já só regressaria para o exíguo território do Vaticano.

### 3. A Igreja Portuguesa e o estado das Ordens Regulares até 1820

Também foi essa a linha política que seguiu a Igreja portuguesa no mesmo período. Colocou-se ao lado do partido da rainha Carlota Joaquina, defendeu até ao limite a usurpação de D. Miguel e opôs-se sempre ao princípio constitucional de 1822, de 1826, de 1838 e até de 1842 quando se repôs em vigor a Carta Constitucional de 1826. Conotou-se politicamente com os sectores mais reaccionários da sociedade portuguesa deixando os católicos liberais e uma parte considerável do clero português numa situação incómoda e ingrata, principalmente para os que tinham sido deputados constituintes e procuravam participar na definição do novo regime constitucional.

O padre Marcos foi um dos sacerdotes portugueses que mais sofreu essa incomodidade enquanto viveu, criando-se a partir da sua morte uma imagem que lhe não assenta.

Como a maioria dos portugueses, o padre Marcos aplaudiu o movimento de 24 de Agosto de 1820, no Porto, que pedia o regresso do rei à sede da monarquia, a direcção política e militar do país entregues a portugueses e a reunião de Cortes resultantes da vontade da nação. Defendeu essas ideias numa Oração<sup>15</sup> que proferiu aos seus paroquianos de Alhos

---

<sup>15</sup> Cf. Marcos Pinto Soares Vaz Preto – *Oração que no dia 10 de Dezembro do presente anno de 1820, recitou na Igreja Matriz des S. Lourenço, da Villa de Alhos-Vedros.*



Vedros, como esclarecimento prévio ao primeiro acto eleitoral da história constitucional portuguesa. Solicitava a Junta Provisional do Governo Supremo, através das *Instrucções para as Eleições dos Deputados das Côrtes, segundo o methodo estabelecido na Constituição Hespanhola, e adoptado para o Reino de Portugal*, que no seu art. 47º estabelecia:

«Chegada a hora da reunião, a qual se fará nas casas do Conselho, ou no lugar do costume, achando-se juntos os Cidadãos que tiverem concurrido, se dirigirão com o Presidente á Igreja Matriz, e nella celebrará o Parocho a Missa solemne do Espírito Santo, e fará hum discurso analogo ás circunstancias. Ad. *Aonde não houver Casa do Conselho, ou esta não for sufficiente, a Igreja será o lugar destinado á celebração destas Assembleas...*»<sup>16</sup>.

O texto desta oração, que publicou logo a seguir, revela-nos um orador eloquente, um sacerdote muito culto e informado que cumpre o seu dever como cidadão. Nessa alocução, explica o sentido do voto, a importância do exercício da liberdade no acto das escolhas, a delegação de poderes que a nação irá transferir para as Cortes, o significado de um texto constitucional e demora-se a justificar historicamente a base contratual<sup>17</sup> entre o rei, o povo e a religião e a necessidade de proceder a reformas, quando elas se tornam necessárias para regenerar esse contrato. Finalmente, avança com o sentido de algumas reformas que deveriam ser feitas ao nível do Estado e das suas instituições, das actividades produtivas e da própria Igreja que, sendo nacional, devia colocar-se ao serviço da nação lusitana, principalmente as Ordens Regulares cuja estrutura e funcionamento pouco se adequavam às novas necessidades no ensino, na assistência social e nos serviços de saúde, sectores para quais tinham uma particular vocação. Voltará ainda, em 1822-23 à questão das reformas das

---

*Aos Parochianos da dita Freguezia, e aos da Matriz do Salvador do Mundo da Villa de Coima, congregados por ordem do Governo Supremo Provisorio do Reino, e presididos pelo Doutor Juiz de Fôra da Moita, e annexas, para nomearem hum Eleitor de Parochia.* Lisboa: Na Officina de J. F. M. De Campos, 1820.

<sup>16</sup> «Instrucções para as Eleições dos Deputados das Côrtes, segundo o methodo estabelecido na Constituição Hespanhola, e adoptado para o Reino de Portugal», in *Diário do Governo* de 23 e 24 de Novembro de 1820, cit. Pela *Gazeta de Lisboa* de 27 e 28 de Novembro de 1820.

<sup>17</sup> Segue uma ideia muito popular à época, segundo a qual, nas Cortes de Lamego, D. Afonso Henriques teria assumido esse contrato, na presença do clero e da nação que dera o seu assentimento com a célebre expressão “somos livres”.

ordens regulares, nas páginas do *Censor Lusitano*, periódico que dirigiu durante vários números.

Qualquer alusão feita a reformas no âmbito da organização eclesiástica, sempre foi sobre os regulares e nunca sobre os seculares que no vintismo o tema girava. Vinha, aliás, da primeira metade do século XVIII, uma crise profunda que atingia as Ordens Regulares, situação que se agravava com os efeitos demolidores do terramoto de 1755.

O próprio papa Bento XIV, no seu Breve de 23 de Agosto de 1756, dirigido ao Cardeal Patriarca de Lisboa, D. José Manuel da Câmara, reconhecia:

«Que a pezar dos fervorosos desejos, e opportunas diligencias, com que elle se applica ao melhoramento espirital, e temporal, de todos os Lugares Pios, e com especialidade ao dos Mosteiros de Freiras; a experiência lhe tem mostrado (não sem grande magoa do seu Religioso coração) que a maior parte dos Mosteiros de Freiras, assim na Côrte de Lisboa, como de todo o Reino de Portugal, e dos Algarves se acha reduzida a hum estado deploravel, á excepção dos que são habitados pelas amadas Filhas da Ordem de S. Francisco, que se chamam Capuchas. De sorte, que a não se lhes accudir com a devida promptidão, e necessárias providências, todos elles de dia em dia se irão precipitando na ultima ruina; porque muitos destes Mosteiros se achão ao presente tão gravados com dividas, que a importancia destas chega a absorver a dos capitaes, ou a maior parte deles: Donde se segue, que se fossem pagas as dividas, apenas chegarão as rendas de hum anno para o sustento de tres meses. O que obrigou algumas superiores dos ditos Mosteiros a receberem para Freiras supranumerarias muitas Donzellas, com a esperança de poderem com estes dotes matarem as suas dividas. E ainda que em parte se conseguiu este fim, pagando-se effectivamente algumas; por outra parte veio este meio a ceder em maior gravame dos mesmos Mosteiros: Pois que não chegando as suas rendas annuaes a sustentar o numero de Religiosas prefixo pelos Fundadores, mal podiam ellas sustentar tantas outras numerarias. Daqui se julga prudentemente que teve principio a relaxação, em que hoje se achão os ditos Mosteiros; e o frequentar as communicações com pessoas seculares, que com escandalo de todos os bons, e com igual damno das almas, e da Disciplina Regular, se tem introduzido nas suas habitantes; porque estas não achando dentro da Clausura os meios, e subsidios necessarios para a conservação das vidas, necessariamente os buscavão em pessoas de fora, na communicação com os ditos seculares, e nas conversações e familiaridades tidas nos locutorios»<sup>18</sup>.

---

<sup>18</sup> Bento XIV, «Breve de 23 de Agosto de 1756», in *Supplemento á Collecção de*

E apontava o papa, as origens do estado em que se encontravam os Ordens Regulares, afirmando ainda:

«(...) que toda a causa de tantas desordens consistia na falta de meios para o seu sustento, em que todos aquelles Mosteiros se achavão, e que para esta se remover, não podia excogitar-se modo algum mais proporcionado, que o de se reduzirem os ditos Mosteiros, e Freiras delles a menor numero, segundo a possibilidade das suas rendas; maiormente quando se advertia, que alguns delles depois do Terramoto, e incendio de Lisboa, ou tinham ficado por terra, ou se achavão tão damnificados, que todos necessitavam de reedificação»<sup>19</sup>.

Feito o diagnóstico e conhecidas as suas causas, o papa Bento XIV autorizava, no texto do mesmo breve, o patriarca português

«Para unir, incorporar, supprimir os sobreditos Mosteiros, que ou se achão gravados com dividas, ou não tem rendas annuaes sufficientes para manterem o numero de Freiras determinado nas suas Fundações: ou os ditos Mosteiros sejam sítos na Cidade de Lisboa, ou nas Provincias do dito Reino; sendo comtudo do mesmo Instituto, e nem de mais estreita, nem de mais larga Observancia, em quanto isto commodamente se puder praticar; ou não sendo as Freiras delles recomendaveis pela Observancia da antiga Disciplina Regular: Para transferir as sobreditas Religiosas de huns para outros Mosteiros com aquellas cautelas, e condições, que a vossa prudencia vos dictar, que são necessarias: Para que as Freiras, que promoverem de huns para outros Mosteiros, naquelles, a que succeder transferirem-se, sejam tidas, havidas, e julgadas, como as outras dos mesmos Mosteiros, a que forem transferidas, assim pelo que pertence aos direitos de voz activa, e passiva, e de precedencias, como para os provimentos dos Officios dos mesmos Mosteiros, da mesma sorte que se nelles houvessem feito Regular Profissão desde o seu principio: Para assignar, e applicar a estes segundos Mosteiros todos os bens, fundos, capitaes, e todos os frutos, e rendas delles provenientes, que pertencerem aos supprimidos, ou que se hão de supprimir pela união, e incorporação com os outros: Para determinar, e appropriar os mesmos bens, fundos, capitaes, e os frutos, e rendas annuaes delles provenientes aos outros Mosteiros, a cujo favor forem feitas as ditas uniões, para lhes ficarem

---

*Legislação Portuguesa* do Desembargador António Delgado da Silva. Pelo Mesmo. Anno de 1750 a 1762. Lisboa: Na Typ. De Luiz Correa da Cunha. Anno de 1842, p. 404.

<sup>19</sup> *Ibidem*.

perpetuamente pertencendo: Para determinar, que em quanto não forem inteiramente pagas as dividas dos Mosteiros supprimidos, ficará suspenso o effeito da applicação, percepção, e uso aos ditos fructos, e rendimentos annuaes a favor dos Mosteiros, aos quaes for feita a união debaixo das nossas direcções, ou das outras Pessoas por vós para este effeito deputadas: Para nos Mosteiros, em que se hade fazer a união, e incorporação dos outros, e para onde se hão de mudar as Freiras, prescrever numero certo das que de novo se hão de receber; e para mandar ás Priorezas, e Superioremzas dos ditos Mosteiros, e outras quaesquer Pessoas, a quem de presente pertence, ou ao diante pertencer a recepção, e admissão das Noviças, que sob pena da privação de voz activa, e passiva, e dos Officios obtidos, e na inhabilidade para os tomar a obter *ipso facto incorrenda*, não admittão Noviças algumas fora, e alem do numero que por vós lhes for prescripto, e fora daquellas, que os mesmos Mosteiros podem commoda, e facilmente sustentar com as rendas annuaes, que percebião antes de feita a união, e incorporação dos outros Mosteiros, e das suas Freiras, bens, e capitães, em quanto, e até que sejam pagas as dividas dos Mosteiros, que se hão de unir; e até que os outros entrem a perceber as rendas de cada anno dos bens, fundos, e capitães dos supprimidos»<sup>20</sup>.

Estes são os excertos do Breve de Bento XIV, de 1756, a que se seguiram outros, como a Bula de 4 de Julho de 1770, onde o papa Clemente XIV volta a afirmar que «supprimimos, e extinguimos totalmente os Mosteiros abaixo nomeados da dita Congregação dos Conegos Regulares de Santo Agostinho»<sup>21</sup>, a que se segue uma lista de nove mosteiros, detalhando em cada um deles as razões específicas da sua extinção.

Catorze anos depois, a Igreja portuguesa não tinha tomado quaisquer das medidas apontadas pelo papa, tendo-se agravado ainda mais o seu estado geral. Entretanto, três anos volvidos, em 21 de Julho de 1773 e por razões diferentes, pelo Breve de Clemente XIV *Dominus ac Redemptor Noster*, é extinta a Companhia de Jesus.

Como a situação geral das Ordens Regulares se mantivesse, ou piorasse, já no tempo de D. Maria I, depois de nova insistência de Roma no sentido da sua urgente reforma e já na posse de

---

<sup>20</sup> *Ibidem*, p. 405.

<sup>21</sup> *Supplemento á Collecção de Legislação Portuguesa* do Desembargador António Delgado da Silva. Pelo Mesmo. Anno de 1763 a 1790. Lisboa: Na Typ. De Luiz Correa da Cunha. Anno de 1844, p. 231.

«exactas relações do número assim dos Religiosos, como de Religiosas das suas Obediencias, e Profissões, do número dos Mosteiros de hum e outro sexo, que lhes são sujeitos; da importância das suas rendas, natureza dellas; e obrigações, que nellas se achão impostas; e das suas dívidas activas, e passivas, e mais encargos, com que se achasse onerado cada hum delles, para que sendo-Me tudo presente, podesse Eu dar as providencias opportunas, que pede hum negocio tão importante, e em que se interessa o bem espirital, e temporal dos sobreditos Regulares»<sup>22</sup>,

a rainha cria, por este Decreto de 21 de Novembro de 1789, a *Junta do Exame do Estado Actual, e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares*, para que se decida depois

«(...) sobre a união, ou supressão de algum, ou alguns Mosteiros, e Conventos, que por falta de meios para subsistirem, ou por se acharem situados em lugares incommodos, nocivos, ou remotos, se devão, ou unir a outros, ou de todo supprimir; como tambem sobre o modo mais proprio, e adoptavel, com que se poderão pagar as dívidas, e satisfazer as varias obrigações com que cada huma das ditas Communidades se acharem respectivamente gravadas, de maneira que tudo quanto á sobredita Junta parecer conveniente para a commoda subsistencia de todos os referidos Regulares, e para o exacto cumprimento das obrigações, e encargos, com que estão gravadas as rendas dos ditos Mosteiros, e Conventos»<sup>23</sup>.

Mesmo constituída por decreto, e presidida pelo Bispo do Algarve e confessor da rainha, a *Junta* não logrou levar a bom termo qualquer reforma, pela opposição continuada e sistemática da hierarquia da Igreja. O decreto de D. Maria I, de 29 de Setembro de 1791 já proibia a aceitação de noviços, mas logo as ordens «representaram os inconvenientes de tal proibição, alegando falta de pessoal para o serviço dos conventos, e o dano que a interrupção da disciplina dos noviciados causava à observância regular»<sup>24</sup>.

---

<sup>22</sup> Decreto de 21 de Novembro de 1789, in *Collecção da Legislação Portugueza Desde a Ultima Compilação das Ordenações*, redegida pelo Desembargador António Delgado da Silva. Legislação de 1775 a 1790. Lisboa: Na Typografia Maigrense. Anno de 1828. Com Licença da Meza do Desembargo do Paço, p. 572.

<sup>23</sup> *Ibidem*, p. 573.

<sup>24</sup> Fortunato de Almeida – *História da Igreja em Portugal*. Vol. III. Porto/Lisboa: Livr. Civilização, p. 137.

Apesar de novas insistências papais, já no pontificado de Pio VI, pela bula de 7 de Julho de 1779, pelo breve *Ad apostolici ministerii*, de 3 de Agosto de 1790 e pelo breve *Decet quam maxime*, de 15 de Novembro de 1791<sup>25</sup> e dos vários decretos de D. Maria I e até do aplauso do arcebispo Caetano Brandão, mal se tocou na estrutura das ordens, tendo-se feito «algumas incorporações de conventos e mosteiros (...) que, em vez de obedecerem a são critério de reforma e de interesse religioso, procederam de arbítrio simples e injustificável. As condições económicas das casas religiosas não melhoraram, antes se foram agravando, com dificuldades e alcavalas de toda a espécie»<sup>26</sup>.

Tão grave foi esta ausência de reformas que, já no reinado de D. Miguel, em 1828, o insuspeito José Agostinho de Macedo lamentava que «A Junta temporária a trabalhar há 37 anos, de noite e de dia, no exame do estado actual, e no melhoramento das ordens regulares e a fome a aparecer cada vez mais descarnada e macilenta. A situação dos frades é miserável»<sup>27</sup>.

#### 4. As Ordens Regulares no triénio vintista

Abertas as Cortes em 26 de Janeiro de 1821, a discussão sobre o estado em que se encontravam as Ordens Regulares era inevitável, não pelos excessos da revolução como muitas vezes se pretende, mas pelo estado *ruinoso* e *miserável* em que se encontravam, sendo até os próprios clérigos constituintes, alguns dos deputados mais interventivos na defesa da sua reforma.

Promulgada a Constituição de 1822, o Padre Marcos foi nomeado membro de uma comissão que deveria promover essa reforma, nos termos da Lei de 18 de Outubro desse ano, que determinava a supressão de alguns conventos e mosteiros que apresentavam maiores dificuldades de se sustentarem com os parcos rendimentos que tinham ou porque fosse tão diminuto o número dos seus residentes que se tornasse pesada a sua própria existência. Deviam, por isso, ser os mesmos transferidos para outros mais próximos, da mesma congregação ou de outra que fosse da sua escolha, juntarem-se as rendas de ambos e alienar as propriedades libertadas para liquidar as dívidas que tivessem. O que pretendia a lei de 18 de Outubro

---

<sup>25</sup> *Collecção da Legislação Portuguesa Desde a Ultima Compilação das Ordenações*, redegida pelo Desembargador António Delgado da Silva. Legislação de 1791 a 1801. Lisboa: Na Typografia Maigrense. Anno de 1828. Com Licença da Mesa do Desembargo do Paço. p. 33-35.

<sup>26</sup> Fortunato de Almeida – *História da Igreja em Portugal*, vol. III, p. 137.

<sup>27</sup> Cit. por Fortunato de Almeida – *História da Igreja em Portugal*, vol. III, p. 137.

de 1822 não era, afinal, diferente da vontade expressa a que já se referiu, pelos papas Bento XIV, Clemente XIV e Pio VI. Ao colaborar na execução dessa lei, o padre Marcos sentia-se honrado, por poder servir a sua pátria, por poder ajudar a Igreja portuguesa a viabilizar uma reforma tida por indispensável e urgente, por ela própria, pelo papa e pelo Estado. Sentia-se honrado o padre Marcos e todos os clérigos que com ele pertenceram a essa comissão. E foram céleres nas medidas que tomaram: nos poucos meses em que estiveram em funções, foi feito o levantamento exaustivo dessas casas religiosas, dos bens móveis que possuíam e dos monges residentes em cada uma delas, distribuindo-os de acordo com a sua vontade – precisamente, as mesmas atribuições que antes haviam sido delegadas na *Junta*. Mas a Vilafrancada de Maio do ano seguinte veio interromper a sua acção e, mais uma vez, a reforma ficou por fazer.

De facto, não conhecemos qualquer documento ou decisão da Igreja portuguesa a defender, aconselhar, propor ou simplesmente a desejar qualquer reforma nas Ordens Regulares, apesar do estado em que se encontravam desde meados do século anterior. Não lhe conhecemos conteúdo nem forma do que poderia ser a reforma dos regulares feita pelos responsáveis da Igreja, por isso, sempre se opôs a qualquer reforma, mesmo com a ruína física de muitos conventos, com a falência de muitos outros, com a extrema pobreza que atingia muitos monges e freiras, com as práticas imorais públicas, em muitos casos para acudirem ao seu sustento, mesmo com vários papas a insistirem nela munindo a Igreja lusitana de todas as autorizações, mesmo com o apoio da administração de D. Maria I. Todas as iniciativas conhecidas para as reformar vieram de fora da hierarquia da Igreja portuguesa: primeiro, de D. José que Bento XIV deu seguimento, segundo, de D. Maria I que Clemente XIV e Pio VI secundaram e, finalmente, do parlamento português e da comissão nomeada pelo governo. Iniciativas malogradas pela oposição sistemática da Igreja que transferia para a *Junta do Exame do Estado Actual, e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares* o ónus desse malogro. Não se reduziram as admissões de noviças, não se reduziram os défices das casas religiosas, não se fizeram incorporações, fusões ou supressões, não se alienaram activos e não se recuperaram os imóveis arruinados. Pelo contrário, se em 1763, já depois de extinta a Companhia de Jesus, em Portugal, o número total de conventos no reino era de 538, em 1826, esse número já tinha crescido para 577 <sup>28</sup>. Fortunato de

---

<sup>28</sup> Cardeal Saraiva – *Obras Completas*. T. I, p. 191-192, cit. por Fortunato de Almeida – *História da Igreja em Portugal*, vol. III, p. 139.

Almeida confirma para esta época, que «não há a registar só a ruína económica das comunidades religiosas, mas também, infelizmente, a sua ruína moral (...)»<sup>29</sup>.

### 5. A acção do padre Marcos na reforma eclesiástica do liberalismo

As boas intenções reformadoras do padre Marcos e dos outros clérigos membros da comissão, mesmo os deputados que haviam aprovado a lei de 18 de Outubro de 1822, eram agora classificadas por alguns sectores da Igreja como actos de traição ao altar. Para eles, não lhes restou outra saída senão, primeiro o desterro em 1823 e depois o exílio em 1828 que se havia de prolongar até 1833.

Após a Vilafrancada, o padre Marcos foi desterrado para Mesão Frio, onde permaneceu até 1825 e, depois da aclamação de D. Miguel, seguiu o caminho normal do exílio para Inglaterra, depois de ter saído do país pela Galiza. Em Plymouth e em Londres, o padre Marcos regressa à direcção de periódicos, actividade que já desempenhara em Lisboa com o *Censor Lusitano*. Pedagógico e formador dos novos valores de uma sociedade de cidadãos livres e instituições decorrentes da vontade da nação, o romântico *Censor Lusitano* foi um produto típico do triénio vintista, no que concerne ao entusiasmo de uma era nova que despontava. Mas já não era esse o ambiente político que se vivia no barracão de Plymouth ou em Londres, onde se editaram o *Português Emigrado* e o *Paquete de Portugal*, ambos dirigidos e redigidos, em grande parte pelo padre Marcos. O desalento dos emigrados do barracão que vinha de 1828, com a aclamação de D. Miguel e do malogro da expedição do “Belfast”, a belfastada, misturava-se com algumas esperanças, como as recusas de Leão XII e Pio VIII de reconhecerem a legitimidade de D. Miguel ou o regresso de D. Pedro IV à Europa para organizar as acções de recuperação do trono de sua filha. Contudo, com a eleição de Gregório XVI para a mitra papal, em 2 de Fevereiro de 1831, recebendo em seguida as credenciais de D. Miguel do seu representante, o marquês do Lavradio, o ambiente dos exilados voltou a arrefecer, o que acabou por acelerar o projecto do duque de Bragança.

Indignado com a afronta, D. Pedro escreveu, em 31 de Outubro, ao papa Gregório XVI, uma carta de protesto onde deixava claro que não aceitaria os bispos que a Santa Sé viesse a confirmar por serem apresentados por quem não tinha legitimidade para o fazer. É uma carta violenta em que

---

<sup>29</sup> Fortunato de Almeida – *História da Igreja em Portugal*, vol. III, p. 140.



o duque de Bragança acusa a Cúria Romana, não o papa, das responsabilidades do cisma que essa atitude traria.

O Padre Marcos só viria a conhecer D. Pedro na viagem que ambos fizeram para os Açores e, já na Terceira, tornar-se-ia seu confessor e amigo.

Nos meses seguintes, enquanto Mouzinho da Silveira preparava a legislação que viria a constituir a grande reforma do liberalismo, alterando a administração do Estado e dando-lhe uma nova forma administrativa, estabelecendo o fim dos vínculos e dos morgadios, libertando a propriedade e adaptando-a às novas exigências do desenvolvimento económico moderno, o padre Marcos preparava a reforma das Ordens Regulares, interrompida com a Vilafrancada, seguindo a mesma linha de orientação política de 1822-23 que tinha ficado sem execução. Essa reforma viria a ser aplicada logo nos Açores, mas serviria de ensaio à reforma que podia ser levada a cabo no continente, logo que a guerra civil tivesse um fim a contento. Em escassos dois meses, a comissão a que o padre Marcos pertenceu, fez a inventariação dos conventos e mosteiros e dos regulares a eles adstritos, propôs as incorporações, fusões e supressões que considerou razoáveis, deu a aprovar a legislação respectiva e levou a cabo a sua execução no arquipélago.

Em Junho de 1832, dá-se a partida para o continente e coube-lhe a direcção da missa campal que antecedeu o embarque para o Mindelo, de que seria um dos seus “bravos”. Já no Porto e em pleno cerco, o padre Marcos foi incansável na organização do socorro médico aos feridos, no abastecimento dos víveres e na superação dos problemas da diocese do Porto que tinha sido abandonada pelo seu bispo diante do avanço dos liberais. Não tardaram porém, as injúrias a D. Pedro e ao padre Marcos, por terem sido colocados apenas na diocese e nas paróquias abandonadas, os substitutos que o respectivo cabido havia proposto.

Após a tomada de Lisboa, nos finais de Julho de 1833, o padre Marcos acompanha o duque de Bragança na viagem para a capital, instalam-se no Palácio das Necessidades e, em 31 de Julho desse ano, o padre Marcos é nomeado presidente da Comissão de Reforma Religiosa, com competências semelhantes à da dos Açores. E como antes sucedera, a vigência dessa comissão irá ser curtíssima, apenas de alguns dias, mas os suficientes para promulgar os diplomas necessários para a reforma. São os decretos de Agosto de 1833. O clausulado desses decretos, que seriam assinados por José da Silva Carvalho, não constitui qualquer novidade, porque repetem as orientações de 1822-1823 e as dos Açores de 1832, concentram os regulares em unidades religiosas com condições de comodidade e rendas, preenchem

as dioceses e paróquias desertas pela fuga dos seus titulares e impedem a entrada de noviços.

A execução dos decretos da reforma foi entregue à reanimada instituição criada para esse efeito por D. Maria I e extinta no tempo de D. Miguel, em 7 de Setembro de 1829, a *Junta do Exame do Estado Actual e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares* e, para a presidir foi nomeado o padre Marcos, que já mostrara nos Açores e no Porto, estar à altura da sua execução. Os decretos da reforma tinham sido produzidos pelo padre Marcos e a sua execução também o seria. Desde a sua nomeação, em 23 de Agosto de 1833 até ao decreto de extinção das Ordens Regulares, de 28 de Maio de 1834, deram entrada na Junta 208 consultas, 1915 portarias do Governo, das quais 357 tinham sido executadas e tinham sido despachados 4759 requerimentos<sup>30</sup>. Viria ainda a ser nomeado Comissário Geral da Bula da Cruzada, Vigário Geral do Patriarcado e Arcebispo de Lacedemónia.

Era, indiscutivelmente, a figura central da reforma eclesiástica do regime saído da vitória dos liberais contra os miguelistas. E o âmbito das competências que lhe tinham sido delegadas pelo poder era ainda maior com o corte de relações com a Santa Sé. Com a chegada a Lisboa de D. Pedro, uma das suas primeiras decisões foi a ordem de sair do país, dada ao nuncio apostólico Mons. Alexandre Justiniani, em 5 de Agosto de 1833, que confirmava o teor da sua carta a Gregório XVI, expedida de Paris, agora agravado com o envolvimento pessoal do nuncio ao lado do partido de D. Miguel. Cortavam-se as relações com a Santa Sé o que alterava substancialmente os procedimentos habituais do Estado português com a Igreja. Não era sem alguma razão que o Conde da Taipa ironizava com a expressão *Marcum Papam Habemus*, dado que era por ele que passavam os pareceres e as confirmações que, noutras condições viriam de Roma.

Mas há um dado novo na reforma eclesiástica, o decreto de Joaquim António de Aguiar, de 28 de Maio de 1834, que veio mudar, definitivamente, o conteúdo da reforma em curso, ao extinguir todas as ordens regulares. É difícil imaginar o padre Marcos como autor moral desse projecto de extinção, não há antecedentes na sua obra que nos encaminhem nessa direcção, e esse juízo é extensível a todos os liberais desse tempo. O que terá determinado a promulgação desse decreto, afinal tão radical, foi o caos instalado durante a guerra, o abandono generalizado dos conventos e a constatação simples de que as funções tradicionalmente atribuídas aos conventos e mosteiros já não faziam qualquer sentido manter nas instituições do estado moderno. A saúde, a assistência social e o ensino, deviam

---

<sup>30</sup> Cf. *Crónica Constitucional de Lisboa*, 1834, n.º 128.

ser funções públicas da competência do Estado e não funções religiosas da competência da Igreja. Na *Oração de Alhos Vedros*, a que já se fez referência e nos vários artigos publicados no *Censor Lusitano*, nunca é esse o seu projecto, mas sim o de afectar o maior número possível de prelados para essas funções para as quais muitos se encontravam habilitados. Os tempos, porém, agora eram outros e as dificuldades que encontrou para pôr em execução as funções da Junta, mostraram-lhe que, mais do que uma dificuldade, tratava-se de uma incompatibilidade. Dirá, mais tarde, na Câmara dos Deputados, «as ordens regulares caíram porque não podiam coexistir com as instituições liberais»<sup>31</sup>. Foi dessa incompatibilidade que os liberais se deram conta no momento em que começavam a definir as estruturas do novo regime. O regime de propriedade das ordens regulares, o seu enquadramento fiscal, o sistema de rendas que o sustentava, a condição social dos egressos e a sua relação com o Estado, tornava essa coexistência, nas condições em que tinham vigorado até então, inviáveis e inconstitucionais.

Quando em 1842, já depois de retomadas as relações com a Santa Sé, o padre Marcos toma, pela primeira vez, assento na Câmara dos Senhores Deputados, a sua primeira intervenção é para se retractar junto dos representantes da nação. Começa por fazer uma espécie de declaração dos seus princípios, os valores em que acredita, as causas que defende e os interesses que são os seus; faz um pequeno resumo da sua biografia política e justifica as decisões que mais polémica terão suscitado na opinião pública. Já no fim da intervenção, aborda o período que se seguiu à saída do Núncio da capital, dizendo:

«Não havia então quem perturbasse as consciências, e os fiéis em todo o Reino pediram e receberam as dispensas dos seus Prelados, sem que se falasse em cisma, nem em ilegalidade alguma, porque estavam convencidos de que impedido o recurso à Sé Apostólica cessavam todas as reservas e restrições na autoridade episcopal, para bem dos fiéis, e o Patriarca de Lisboa as concedia nesta conformidade. Mas, tendo morrido Sua Majestade Imperial, aconteceu que algumas pessoas notáveis, movidas por escrúpulos, e tendo de contrair matrimónios dentro dos graus proibidos, ou insinuadas por pessoas de fora do Reino e interessadas em que se recorresse fora, obtiveram dispensas da Santa Sé, que foram executadas sem o régio *exequatur*, ou que sendo guardadas se passaram outras, e se deram por executadas. Estes acontecimentos que se multiplicaram, sendo divulgados, rompeu o cisma, apareceram

---

<sup>31</sup> Intervenção do deputado Marcos Vaz Preto de 31 de Março de 1841, *Diário da Câmara dos Deputados*, 1845, Vol. 3, nº 25, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 9-11.

novos Prelados, e foi quase geral a perturbação das consciências, e para isto mesmo concorreu a leveza e indiscrição com que se mudavam os Vigários Capitulares.

Tendo crescido a perturbação das consciências, e havendo ela passado como a peste, eu não duvido que o Governo tenha feito algumas concessões, porque em fim cumpre cortar o mal pela raiz, e formar sobre bases sólidas e canónicas a Jurisdição Eclesiástica; e que quaisquer que sejam as concessões, elas não estabeleceram arrestos, nem degradaram a Dignidade do Trono, a Independência da Nação, nem privaram de suas liberdades, usos, e regalias à Igreja Lusitana»<sup>32</sup>.

E a propósito da extinção das ordens regulares, diria em 1845:

«As ordens regulares caíram porque não podiam coexistir com as instituições liberais. Eu escrevi com esta mão, numa consulta que subiu à augusta presença de Sua Majestade Imperial o Senhor Duque de Bragança de saudosa memória, que as instituições regulares não podiam existir simultaneamente com o sistema representativo. As ordens regulares deixaram de existir em Portugal e nunca mais surgirão. (*apoiados*) Não falamos dos homens, os regulares eram bons ou maus, como o são os indivíduos das outras classes, não era dos homens, que vinha o mal, o vício era das instituições»<sup>33</sup>.

Ele que sempre que estivera em posição de decidir sobre a reforma delas, seguira o caminho, aliás apontado pelas várias cartas apostólicas já referidas, de fundir, juntar, incorporar, para viabilizar o seu funcionamento e justificar a sua existência, agora assumia que tinha dado parecer favorável ao decreto e que a sua opinião tivera influência na promulgação do decreto de Joaquim António de Aguiar.

Com a revolução de Setembro de 1836 e dada a posição política que o padre Marcos assumiu colocando-se na defesa da rainha e da Carta Constitucional, acabaria por ser preso juntamente com outros cartistas tidos por “amigos de D. Pedro”. Na sequência da tomada do poder por Passos Manuel, o padre Marcos demitir-se-ia de todos os cargos, com excepção do de Esmoler Mor, por ser de todos eles, o único que era remunerado pela dotação orçamental própria da rainha, de quem dependia em exclusivo.

---

<sup>32</sup> Acta de 10 de Agosto de 1842, *Diário da Câmara dos Deputados*, 1.<sup>a</sup> Legislatura (...), Vol. 2.º, Agosto, 1842, Lisboa, na Imprensa Nacional, 1842, n.º 26, p. 58-59.

<sup>33</sup> Intervenção do Sr. Deputado Vaz Preto na Sessão de 31 de Março de 1845 (Acta n.º 25), in *Diário da Câmara dos Deputados*. 1.<sup>a</sup> Sessão Ordinaria da 1.<sup>a</sup> Legislatura Da Restauração da Carta Constitucional. Publicado pela Empresa dos Empregados da Secretaria da mesma Câmara. Vol. 3, Março de 1845, Lisboa, Na Imprensa Nacional, 1845, p. 9-10.

Na mesma intervenção parlamentar de 31 de Março de 1845, quando se discutia o projecto sobre os seminários episcopais, teve ainda outros momentos que nos esclarecem sobre a educação e formação do clero. Neste projecto, defende

«que todos os cidadãos tenham a instrução primária e secundária nas aulas públicas da nação; e que delas passem para os seminários, os que se destinam ao estado eclesiástico a fim de aprender neles as disciplinas eclesiásticas, e que estes estudos, este ensino eclesiástico enquanto directa e imediatamente debaixo da jurisdição dos bispos, o Governo tivesse a suprema inspecção e vigilância, como lhe cabe, não para que o Governo ensine, ou faça ensinar as disciplinas eclesiásticas; mas para que observe e faça observar a maneira porque os alunos são educados, instruídos, e para que veja, se o que se lhes ensina é contrário ao direito público da nação, e à tranquilidade geral, próxima ou remota»<sup>34</sup>.

E mais adiante,

«o nosso clero hoje, com algumas, muito importantes e honrosas excepções, que se acham não só nas duas Câmaras do Parlamento, mas lá fora, ou teve a sua educação no tempo do absolutismo, e aterrado com os princípios liberais, com os direitos dos povos, com o Governo representativo, não podem amoldar-se a este sistema, declaram-lhes guerra, resistem-lhe ou pelo menos olham os constitucionais com certo horror; ou foi educado e instruído no meio das revoluções e da efervescência das ideias liberais, e parece dar a esses objectos mais atenção e cuidado, e não aparecem no exercício das funções do santo ministério, com a gravidade que, a religião e o povo português exigem. É preciso pois que tenhamos um clero bem educado e instruído, que por seus exemplos e doutrina dê e ensine a dar a Deus o que a Deus e à religião pertence, aos poderes políticos, à nação e ao povo o que de direito lhes pertence, obedecendo e fazendo obedecer às leis e às autoridades por dever da consciência, como a santa religião manda. Firme nestes princípios, fiel a meus empenhos, amigo da minha pátria e da religião, eu partilho com os meus ilustres colegas de ambos os lados da Câmara o receio de que se abuse da instrução do clero, e nunca concorrerei para que à idade a porvir se deixe um legado subversivo de um clero corrompido na sua instrução, e que olhe com horror o sistema, porque se rege Portugal. Eu sustentei os seminários, e a Câmara

---

<sup>34</sup> *Ibidem*, p. 10.

em sua sabedoria decidiu que os houvesse. Nessa discussão eu fui ameaçado por dois ilustres Deputados, um que já estava naquele lado da Câmara, o Sr. Garrett, e outro que hoje está na oposição, de que eu seria vítima do meu empenho em sustentar os seminários; porque com eles viriam a nós os regulares.

Sr. Presidente, eu não quero que a posteridade diga que eu concorri para que se estragasse a instrução do clero, e que por isso, o fiz inimigo do povo e da liberdade...»<sup>35</sup>.

É através da actividade parlamentar do padre Marcos que conhecemos a base ideológica da sua acção reformadora. Logo que se vê investido da condição de deputado da nação, toma duas atitudes: pede a palavra para dela fazer uso quando e como o presidente o entender e entrega na mesa um requerimento. A sua primeira intervenção na Câmara dos Deputados não é para usar da palavra, o que fará, logo a seguir, mas é para apresentar os seguintes requerimentos:

«Requeiro que pela Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros se peçam ao Governo cópias das Reclamações, que o nosso Encarregado de Negócios fez em Roma contra os seguintes Breves do Santo Padre Gregório XVI, *Latissimi terrarum* de 18 de Abril de 1834, – *Ex debito pastoralis* de 25 de Abril do mesmo ano, – *Commissi nobis* de 4 de Agosto de 1835, – *Ex Munere Pastoralis* de 23 de Novembro de 1836, – pelos quais Sua Santidade, sem intervenção do Governo de Portugal, nomeou Vigários Apostólicos para as Dioceses de Cranganor, Malaca, Meliapor, e Cochim, que são do Padroado Real.

*Item* cópias das Instruções que o Governo deu ao Encarregado dos Negócios em Roma, e quais as Reclamações do mesmo Encarregado contra a Bula de Sua Santidade. – *Multa Proaeclara* de 24 de Abril de 1838, pela qual o Santo Padre sem audiência do Governo de Portugal, revogou as Bulas – *Prae excellenti* do Santo Padre Paulo IV, – *In suprema* do Santo Padre Clemente VIII, – *Alias postquam* do Santo Padre Paulo V, e o Governo Pontifício aboliu o Padroado Real da Coroa de Portugal nos referidos quatro Bispados.

*Item*, que pela Secretaria d'Estado dos Negócios do Ultramar se mandem a esta Câmara cópias – 1.º dos Ofícios do defunto Arcebispo de Goa, D. António Feliciano de Santa Rita Carvalho, queixando-se das invasões dos Vigários Apostólicos nos referidos quatro Bispados; 2.º – cópias dos Ofícios dos outros Prelados Diocesanos dos Bispados da Índia, queixando-se da usurpação de dezasseis Paróquias feita pelo

---

<sup>35</sup> *Ibidem*.

Doutor S. Léger, e outros Missionários Apostólicos nos seus respectivos Bispados; e 3.º cópias das Providências de que o Governo lançou mão, e das Instruções que deu ao Encarregado dos Negócios em Roma, e ao Governador-geral dos Estados da Índia.

*Item*, requeiro, que pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros se remeta a esta Câmara a Consulta da extinta Junta do Melhoramento, acerca das dispensas matrimoniais, datada em dez de Maio de 1834. – Marcos Pinto Soares Vaz Preto»<sup>36</sup>.

Estes requerimentos assinalam uma questão que o parecia preocupar: as decisões do papa Gregório XVI de nomear vigários apostólicos para dioceses portuguesas, nomeadamente nos territórios orientais sob administração portuguesa e sobre os quais o Estado português exercia o Padroado Real<sup>37</sup>, por delegação papal que vinha dos tempos medievais e sempre fora renovado, confirmado e respeitado pela Igreja Romana, estendendo-se aos novos territórios ultramarinos. Não podia, o padre Marcos, acreditar que a Cúria Romana exorbitasse os seus poderes e invadisse a prerrogativa dessas nomeações que à Coroa competia. Queria, por isso, conhecer a totalidade do processo, os documentos que lhe pertenciam, para poder trazer o tema ao plenário se considerasse que o Estado português tivesse sido prejudicado.

Alguns dias depois, no dia 17 de Agosto e após tomar conhecimento das peças desse processo, o padre Marcos aborda a questão e esclarece:

«Muito grandes, e de muita consideração (...), são as regalias da Coroa de Portugal, de suma importância, valor e riqueza são as liberdades, os usos e os santos costumes da Igreja Lusitana: cumpre ao Governo sustentar aquelas na sua integridade, cumpre ao Governo

---

<sup>36</sup> Intervenção do Sr. Deputado Soares Vaz Preto na Sessão de 3 de Agosto de 1842, in *Diário da Câmara dos Deputados*, 1.ª Legislatura Depois da Restauração da Carta Constitucional de 1826, Publicado pela Empresa dos Empregados da Secretaria da Mesma Câmara, Vol. 2.º, Agosto, 1842, Lisboa, na Imprensa Nacional, 1842, p. 18.

<sup>37</sup> O Padroado da Coroa consistia num conjunto de poderes delegados relativos à administração da Igreja que a Santa Sé fizera ao Reino de Portugal para os exercer nos seus domínios. Entre esses poderes, estava o de apresentar os bispos para as dioceses desses territórios, poderes esses que o papa Gregório XVI não atendera ao nomear directamente os bispos para o Oriente sob administração portuguesa. Esta questão só viria a ser resolvida pela Concordata entre Portugal e o Papa Pio IX sobre a continuação do exercício do Real Padroado da Coroa portuguesa no Oriente, em 21 de Fevereiro de 1857, Lisboa, Ms. Av. 54-XI-13, n.ºs 35, 35a, 35b, cit. [http://www.ippar.pt/sites\\_externos/bajuda/htm/catalog/india/ind07.htm](http://www.ippar.pt/sites_externos/bajuda/htm/catalog/india/ind07.htm) (consult. 07/10/2007).



defender estes com todo o denodo. Estas regalias, estas liberdades e usos da Santa Igreja Lusitana são pedras preciosas engastadas na Coroa da Rainha, e entre tantas jóias que tão augusta Coroa adornam, é sobre todas preciosíssima o Padroado Eclesiástico (...) A Santa Religião de Jesus Cristo foi, pelo zelo apostólico de nossos Reis e do Povo Português, estabelecida nas Índias, ali se erigiram Paróquias, Catedrais, Bispados e o Padroado Eclesiástico confirmado à Coroa de Portugal, de um modo irrevogável, em presença dos sacrifícios, das despesas, e do zelo religioso com que à Santa Religião e à Sé Romana se fizeram tão importantes serviços. Existem as Bulas Pontifícias, e por elas se vê que só a Coroa de Portugal pode nomear Bispos, por elas se vê que o Padroado é irrevogável, perpétuo, permanente, e que sem o consentimento dos Reis de Portugal nenhuma alteração pode fazer-se. Ninguém, Sr. Presidente, pode nomear Bispos para a Igreja Lusitana, senão os Reis de Portugal e em quanto este abuso se praticou algumas vezes nos primeiros séculos da Monarquia, com tudo ele acabou para sempre no reinado de Afonso V. O Santo Padre Pio II não obstante nomeou Bispo da Guarda a D. Álvaro de Chaves, mas Afonso V fez sustentar os Decretos do Padroado, não consentiu na posse do Bispo, nomeou a D. Gil de Viana, que o mesmo Pontífice convencido do Decreto da Coroa de Portugal confirmou, e a Coroa de Portugal está hoje neste Direito, de que não pode, nem deve ser esbulhada. À Santa Sé pertence pelo direito constituído a confirmação dos Bispos, aos Reis de Portugal a nomeação e apresentação»<sup>38</sup>.

Mais uma vez, era pela defesa dos direitos do Estado português que se batia. Por sua insistência, essa questão foi mantida na agenda da Câmara dos Deputados, até ficar consignada, já depois da sua morte, na Concordata de 1857.

### **Conclusões provisórias**

Intitulo de provisórias estas conclusões dado que elas surgem quando um estudo meu, de maior fôlego, se encontra a meio de um caminho que, em breve será público. Interessei-me por esta figura porque, tal como outros temas da nossa história pátria continuam a ser vítimas de uma história feita

---

<sup>38</sup> Intervenção do Sr. Deputado Soares Vaz Preto na Sessão de 17 de Agosto de 1842, in *Diário da Câmara dos Deputados*, 1.<sup>a</sup> Legislatura Depois da Restauração da Carta Constitucional de 1826, Publicado pela Empresa dos Empregados da Secretaria da Mesma Câmara, Vol. 2.º, Agosto, 1842, Lisboa, na Imprensa Nacional, 1842, p. 160.



por intuição e ao gosto de cenários mais frutos da imaginação do que da análise.

Apesar da sua influência na época em que viveu e foi a totalidade das três décadas que medeiam as duas regenerações, boa ou má, a verdade é que nunca foi objecto de qualquer estudo mais sério. Não se conhece qualquer estudo nem sequer a relação das suas obras. A sua oratória está por publicar e as suas intervenções na Câmara dos Deputados mal se conhecem. Ainda recentemente, lamenta-se a sua biografia parlamentar inserta no *Dicionário Biográfico Parlamentar*, que incorre de demasiados erros numa parte da sua biografia dedicada à actividade parlamentar e feita a partir das fontes originais. Omite parte considerável das suas intervenções – ao considerar apenas as alusões a Vaz Preto, subtraiu três anos de intervenções suas, descritas sob a identificação de D. Prior de Guimarães, não faz qualquer alusão a algumas das suas principais intervenções e continua a dá-lo como deputado na legislatura de 1834 a 1836 <sup>39</sup>, quando a sua primeira eleição só teve lugar em 1842, como ele próprio o afirma, no início da sua primeira intervenção como deputado, no dia 10 de Agosto de 1842: «Sr. Presidente, chamado a fazer parte da Representação Nacional, nos últimos períodos da minha existência, cumpre que [não] me abstenha de fazer uma declaração, que quase sempre usam os Srs. Deputados, quando pela vez primeira falam no Parlamento» <sup>40</sup>. Só é possível cometer tantos erros numa biografia parlamentar, se não se teve acesso a todos os dados ou se, mesmo acedidos, não foram lidos. Comete ainda outros erros, como dá-lo eleito para presidente da Mesa quando só ocupou essa cadeira como decano ou como vice-presidente.

A biografia mais completa que se lhe conhece, continua a ser a que Júlio de Vilhena apôs, em nota de rodapé, no seu *D. Pedro V e o seu Reinado* <sup>41</sup>. Contemporâneo de Júlio de Vilhena foi Oliveira Martins que apesar do que dele disse nunca dele nada terá lido.

O padre Marcos viveu num dos tempos mais difíceis da história. Também um dos mais nobres. É o tempo dos heróis, das bandeiras, dos

---

<sup>39</sup> Luís Dória – «D. Marcos Pinto Soares Vaz Preto», in *Dicionário Biográfico Parlamentar 1834-1910*. Dir. Maria Filomena Mónica. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais/Assembleia da República, 2006, p. 382-385.

<sup>40</sup> Intervenção do Sr. Deputado Soares Vaz Preto na Sessão de 10 de Agosto de 1842, in *Diário da Câmara dos Deputados*, 1.<sup>a</sup> Legislatura Depois da Restauração da Carta Constitucional de 1826, Publicado pela Empresa dos Empregados da Secretaria da Mesma Câmara, Vol. 2.º, Agosto, 1842, Lisboa, na Imprensa Nacional, 1842, p. 58.

<sup>41</sup> Júlio de Vilhena – *D. Pedro V e o seu reinado*. Vol. II. Coimbra, 1921, p. 428-452.

hinos, da luta por causas, da paixão pela nação, pelo povo e pela liberdade. O romantismo é esse movimento que busca a legitimidade dos valores da nação e, associados a ela, o Estado que lhe pertence, a liberdade dos cidadãos que a compõem e a religião, misto, para Portugal, de identidade e de cultura que é a sua. Mas também é um tempo de vítimas, das vítimas que não compreenderam o seu tempo ou daquelas que o tempo seguinte as não compreendeu. Para ambas as perspectivas, o padre Marcos foi um dos seus maiores representantes entre nós.